

# FORMULÁRIO DE CRÍTICAS E SUGESTÕES

## CONSULTA PÚBLICA Nº 01/2012

NOME: Luis Fernando Planella Gonzalez

<input type="checkbox"/> agente <input checked="" type="checkbox"/> usuário <input type="checkbox"/> representante de órgão de classe ou associação	<input type="checkbox"/> representante de instituição governamental <input type="checkbox"/> representante de órgãos de defesa do consumidor <input type="checkbox"/> outros, especificar: _____	
<b>Consulta Pública sobre os Procedimentos para exame de pedidos de patentes envolvendo invenções, implementadas por programa de computador.</b>		
ITEM DAS DIRETRIZES	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA
2	Nenhum programa pode ser patenteado	<p>O argumento de que gerando efeitos técnicos um programa pode ser patenteado é falho, pois esse conceito pode ser facilmente abusado.</p> <p>Em última instância, pode-se afirmar que qualquer programa gera um efeito técnico, e os itens apresentados na nota técnica sobre as diretrizes de exame para patentes de computador abrem exceções perigosas.</p> <p>Um programa de computador é abstrato e é a implementação de um algoritmo. Nenhum destes é considerado invenção segundo a LPI, Art. 10.</p> <p>Tentar flexibilizar casos e abrir exceção não exclui qualquer software de ser abstrato e ser a implementação de um algoritmo.</p> <p>Além disso, as patentes de software geram efeitos não previstos, pois, sendo abstratas, muitas vezes é possível aplicar a solução a outra não relacionada.</p> <p>Sou programador, mestrando em ciências da computação pela PUC/RS (somente falta a apresentação da dissertação para a banca) e sei exatamente o que falo. Nos Estados Unidos, por exemplo, as patentes de software estão fora de controle. Coisas do tipo: armazenar tanto o nome curto (8.3) quanto o nome longo de arquivos no sistema FAT32 renderam à Microsoft ganhos homéricos contra a TomTom, que utilizava esse formato em seus navegadores GPS, para a leitura de cartões de memória.</p>

		Certamente o sistema de patentes de software, se implantado no Brasil, será um impeditivo para a inovação, e tirará do mercado diversas empresas de menor porte, com ideias inovadoras, simplesmente porque outras empresas - que muitas vezes não são da área da tecnologia (chamadas em inglês de Patent Trolls), detém um portfólio de patentes que cobrem em parte o trabalho dessas empresas menores.

Este formulário deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: [saesp@inpi.gov.br](mailto:saesp@inpi.gov.br) ou por fax (0xx21) 3037-3638 ou ainda diretamente a uma das Recepções do INPI.

RESPONSÁVEL: Luis Fernando Planella Gonzalez

DATA DE ENVIO: 21/03/12

RESPOSTA:

Gostaríamos de enfatizar que o objetivo principal das Diretrizes apresentadas é o de divulgar a posição do INPI com relação à Lei da Propriedade Industrial 9279/96 (LPI), em especial do seu Art. 10 e os procedimentos adotados no exame de pedidos de patente envolvendo criações que se referem a ou se baseiam em implementações por programas de computador. Cabe ressaltar aqui a distinção entre criação e invenção. Uma determinada criação pode ou não ser considerada invenção, e o Art. 10 da LPI determina o que não é considerado invenção nem modelo de utilidade e, portanto, não é passível de patenteabilidade. É importante acrescentar que, ainda que determinada criação seja considerada invenção, esta deve adicionalmente atender aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial (Art. 8º) para ser considerada patenteável.

O Art. 6º da LPI garante ao inventor o direito de obter a patente que lhe auferir a propriedade sobre seu objeto de invenção. A não concessão de patentes para invenções implementadas por programa de computador, mais especificamente de processos, configuraria dar tratamento diferenciado a diferentes setores da tecnologia meramente devido à sua forma de implementação, ferindo o direito do inventor, e contrariando o Art. 27 do Tratado TRIPS (*Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*). Em outras palavras, o fato da implementação de uma nova técnica ou processo ser realizada através de programa de computador não tira o direito do inventor. É importante esclarecer que as Diretrizes procuram estabelecer claramente a diferença entre invenções implementadas por programas de computador e programas de computador propriamente ditos ("em si").

O INPI não concede patente a programas de computador, pois estes não são considerados invenção pelo inciso V do Art. 10 da LPI. Tais programas são, entretanto, passíveis de proteção através da Lei de Direito Autoral nº 9.610/1998, observando o disposto na Lei de Software nº 9.609/1998.

Enquanto a LPI garante ao inventor o direito de proteger as características técnicas associadas a uma invenção, o Direito de Autor protege a expressão do trabalho intelectual relacionado à invenção, ou seja, o programa de computador em si. Assim, mesmo se o inventor de um processo implementar tal processo através de um programa de computador, este processo (e não o programa) pode ser protegido através do sistema de patentes.

No âmbito dessas Diretrizes, um algoritmo é visto como um processo ou sequência de etapas a serem realizadas para se atingir um objetivo. Essa definição é mais ampla do que apenas considerar um algoritmo como uma simples ideia ou um conceito puramente matemático. Entretanto, para ser considerado invenção, é necessário ainda que o algoritmo solucione um problema técnico e não se enquadre em algum dos incisos do Art. 10 da LPI. Assim, conforme a definição adotada, uma vez que um algoritmo pode possuir características técnicas e estar ligado à solução de um problema técnico, esse algoritmo e um programa de computador em si são considerados objetos distintos, o algoritmo podendo ser considerado invenção, e portanto passível de proteção por patente (na forma de método ou processo), e o programa de computador não.

Com relação aos efeitos da concessão de patentes sobre a inovação, Stuart Graham e

David Mowery ("*Intellectual property protection in the U.S. software industry*") (2001) In: The International Symposium on Innovation and Patents, c.7, p.1-44 (<http://www.ecipit.org.eg/arabic/pdf/intellectual%20property%20protection%20in%20the%20software%20industry.pdf>) mostram que o grande número de patentes de invenções implementadas por software não tem inibido a inovação no setor e tampouco a entrada de novas empresas. O autor observa que muitas empresas líderes em patentes na área de software são firmas que têm o hardware como principal linha de produtos, tais como: IBM, Intel, Hewlett Packard, Motorola, National Instruments entre outras. Os dados mostram que empresas de software como Novell, Microsoft e Adobe após o período 1985-98 têm apresentado um aumento da propensão de patenteamento de seus produtos, contrabalançando com um declínio na utilização de copyright. Em outro artigo, publicado em 2004 ("*Software Patents: Good News or Bad News?*") (2004) ([http://tiger.gatech.edu/files/gt\\_tiger\\_software.pdf](http://tiger.gatech.edu/files/gt_tiger_software.pdf)), os mesmos autores mostram a escassez de evidências de que as patentes têm inibido a inovação no setor ou que a qualidade destas patentes tenham decrescido no período 1978-2003.